

NOVA DINÂMICA GLOBAL, INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO – DISCUSSÃO TEÓRICA E A EXPERIÊNCIA DOS MUNICÍPIOS DE HORIZONTE E PACAJUS (CE)

Edilson Alves Pereira Júnior¹

RESUMO

O presente artigo procura interpretar e discutir as recentes mudanças engendradas no espaço geográfico a partir da globalização, assim como verificar a manifestação do processo nos Municípios de Horizonte e Pacajus (CE). Esses lugares, que conheceram nos últimos dez anos uma reestruturação produtiva, se inserem na racionalidade do capital e desenvolvem novas relações de trabalho e de organização do espaço. A estrutura significativa do trabalho buscará indicar a dinâmica espacial nesses municípios a partir da análise da reestruturação das relações sócio-espaciais de produção, da expansão dos sistemas técnicos modernos e da mais recente organização do território urbano.

ABSTRACT

The present article tries interpret and discuss the recent changes engendered in the geographical space starting from the globalization, as well as, to verify the manifestation of the process in the municipal districts of Horizonte and Pacajus (CE).. These places, that knew in the last ten years a productive restructuring, interfere in the rationality of the capital and they develop new work relationships and of organization of the space. The significant structure of the work will look for to indicate the space dynamics in those municipal districts starting from the analysis of the restructuring of the partner-space relationships of production, of the expansion of the modern technical systems and of the most recent organization of the urban territory.

Diante das recentes mudanças engendradas no espaço pela globalização, é preciso reinterpretar constantemente as relações sociais e sua manifestação no território. Essa situação se ergue a partir da incorporação de novos paradigmas aos valores de reprodução do sistema capitalista, sobretudo aqueles ligados à revolução da tecnologia e da informação. Nesse sentido presenciamos outras noções de espacialidade onde o processo econômico se coloca como o principal responsável na crescente superação de fronteiras territoriais. Torna-se necessário, a partir daí, entender a dinâmica dos objetos e o seu novo arranjo espacial, pois sabemos que essa lógica busca não só assegurar a maior fluidez dos mercados como construir maior interdependência entre o local e o global.

Esse artigo procura reconhecer, discutir e levantar questões acerca das transformações pelas quais vêm passando a lógica mundial e o espaço geográfico, bem como a manifestação

¹ Geógrafo, Mestrando em Geografia na Universidade Estadual do Ceará – UECE.

do processo sobre os Municípios de Horizonte e Pacajus (CE). Como decorrência da chegada de fixos industriais modernos e dos impactos destes empreendimentos na organização de seus territórios, os municípios supracitados passam por nítida reestruturação espacial. O esclarecimento do processo passa pela compreensão da nova dinâmica global e sua repercussão na estrutura produtiva, assim como no espaço, condição, produto e concretização das relações sociais, o suporte onde se manifesta o movimento contraditório dos objetos e onde se dá o sentido dialético da produção e reprodução das atividades.

1 Globalização e Mudanças na Ordem Mundial

O mundo deste fim de século se depara com um turbilhão de transformações sem precedentes. Estamos diante de um momento de complexidade quando as ações confundem pela velocidade e atingem aqueles que por uma ousadia a mais procuram esgotar a realidade com previsões. Até mesmo a terminologia disposta a dar conta do processo é por demais variada e parece algumas vezes construir um quadro confuso na interpretação do período que se forma. É comum ouvirmos as mais diversas expressões, de “nova ordem mundial” à “mundialização”; de “globalismo” à “aldeia global”. Mas, a expressão mais consolidada e difundida pelos *media*, é mesmo “globalização”.

Alardeada como um novo e irreversível processo, a globalização, de fato, pode ser entendida como uma etapa de aprofundamento da internacionalização e integração da economia global (Coutinho, 1998, p.118). As bases históricas dessa internacionalização econômica se dão desde o século XVI, quando se inicia o comércio em grande escala tornado possível graças à revolução dos transportes marítimos. Os avanços da ciência e da técnica e o advento do capitalismo industrial só impulsionaram essas relações.

Mas é a partir da Segunda Guerra Mundial que o processo ganha maior intensidade: “nesse período verificou-se um aprofundamento da concentração e centralização do capital, em termos mundiais, com a formação de oligopólios internacionais em importantes setores, o que acarretou a internacionalização da produção em escala mundial e regional” (Oliveira, 1998, p. 07).

A visão de globalização, nesse sentido, compreende o amadurecimento do capitalismo e a emergência dos valores ocidentais diante do mundo. Entretanto outras peculiaridades poderiam ser citadas: a concomitância de um conjunto de relações financeiras, agora erguido num plano mundial; a intensa dinamização e liberalização do comércio internacional; a aplicação da informação como principal elemento na produção material; e um espantoso avanço tecnológico.

É diante disso que reconhecemos o momento atual como o mais avançado no processo de relações internacionais. Presenciamos nova definição de distância quando as antigas barreiras físicas não são mais um empecilho ao sistema produtivo. No entanto esse novo caráter expansivo só se consolida diante de uma revolução tecnológica e informacional, o que torna seus efeitos mais intensos e com tendência a uma constante ampliação.

2 A Revolução Tecnológica e Informacional

A globalização se consolida como um momento ímpar na evolução do capitalismo, por eleger particularidades. Todas essas particularidades se desenvolvem num plano de relação recíproca, o que dificulta a apreciação de apenas uma delas como chave na explicação desse novo momento. Contudo, dificilmente uma tentativa de interpretação do período recente não tomaria como ponto de partida a nova realidade imposta pelos avanços da tecnologia e a crescente importância atribuída à informação.

A partir de Harvey Brooks e Daniel Bell (*apud* Castells, 1999, p. 49), enxergamos a tecnologia como “o uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível”. É justamente essa capacidade reprodutiva que ganha

novo sentido no presente momento. A literatura que discute o assunto já observa a construção de valores tecnológicos, como explica muito bem Manuel Castells (1999, p. 49), ao indicar “a transformação de nossa ‘cultura material’ pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico”. Nesse sentido, a emergência de um novo paradigma tecnológico se dá sufocando o paradigma anterior, modelo fordista que maximizava a escala de produção e estandardizava seus produtos, e se impondo como um dos principais responsáveis pela aceleração das forças produtivas.

O fordismo, limitado à óptica produtiva, representa um ordenamento na organização da produção, “compreendendo um paradigma tecnológico, uma forma de organização do trabalho e um tipo de gestão” (Lima, 1997). Dentre as características desse regime, algumas merecem destaque: a maximização da produção por ganhos obtidos em economias de escala; a estandardização dos produtos; a profunda divisão do trabalho a partir da mecanização em linhas de montagem; uma organização empresarial com estreitas relações horizontais; e a manutenção de grandes estoques.

Mas o recente paradigma tecnológico apresenta-se entrelaçado a outra peculiaridade desse momento: a revolução informacional. As formidáveis inovações na informática, nas comunicações, nos meios de transportes, na engenharia genética e na produção dos meios materiais formam o semblante dessa revolução. Destarte, ela pode ser entendida como a capacidade inerente ao presente momento de eleger a informação, a compreensão técnica e a utilização de procedimentos científicos como base na produção e circulação material. Com as novas percepções, visualiza-se o domínio da informatização, da biotecnologia, da microeletrônica, entre outras, o que representa em última instância uma revalorização do mundo e das coisas, novas noções que, neste sentido, podem significar padrões de ruptura.

A partir daí o que se vê é uma nova lógica econômica. Temos um paradigma tecnológico preparando o ambiente para o conjunto de trocas globais. Com isso, cada vez mais as atividades produtivas, a circulação e o consumo se erigem num plano mundial. Podemos falar então de uma rede mundial de competitividade ou de um mercado financeiro globalizado.

Com efeito, essa economia não foge aos ditames informacionais do presente momento. Hoje, como nunca, as relações de produtividade e competitividade se baseiam na eficiência da criação, processamento e reprodução de informações. Podemos falar então de uma nova economia, global e informacional; volátil e redigida pelo melhor “manuseio” do conhecimento.

Portanto presenciamos uma revolução tecnológica e informacional que não se caracteriza simplesmente por escolher a tecnologia e o saber como matéria-prima do processo produtivo. Na verdade, o caráter informacional dessa lógica se dá pela sua capacidade de utilizar a informação como meio de reprodução para a própria informação. “As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos” (Castells, 1999, p. 51).

3 Crise do Paradigma Industrial Fordista e Reestruturação Produtiva

Uma das possibilidades concedida por essa turbulenta realidade é o testemunho de uma crise importante no regime de acumulação do capitalismo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, esse modo de produção se equilibra a partir do fordismo, modelo que, se foi constituído desde os anos 20, alcançou a sua fase áurea a partir da década de 50 deste século.

Lipietz (1988, p. 48) nos ensina que regime de acumulação é “aquele modo de realocamento sistemático do produto que rege, num longo prazo, uma certa adequação entre as transformações das condições da produção e as transformações das condições de consumo. Um tal regime de acumulação é dado por um esquema de reprodução que descreve, período por período, a alocação do trabalho social e a repartição dos produtos entre os diferentes departamentos da produção”. A revolução da tecnologia e da informação traz, entre outras conturbações, uma capacidade destrutiva impressionante para com o regime de acumulação

fordista.

A desaceleração do crescimento econômico e os desdobramentos da crise no começo dos anos setenta iniciam o seu processo de esgotamento. Para Benko (1999), a crise do fordismo definida pela Escola da Regulação pode ser explicada de duas formas: a primeira, “uma crise da oferta, que reflete a baixa tendencial da taxa de lucro, fincando raízes no seio do sistema de produção do valor e dos conflitos de trabalho”; e a segunda, “uma crise da demanda, subsequente à internacionalização da atividade econômica e com o conseqüente enfraquecimento do vínculo entre crescimento nacional e controle da demanda ao nível de um país”.

Contudo o mesmo Benko, agora citando Piore e Sabel, nos fornece outra explicação, desta vez baseada no desmoronamento da produção em massa. Quando essa produção sentiu a dificuldade de alcançar mercados mundialmente diversificados e esbarrou na rigidez de um sistema de produção em massa dispendioso, começou a perder terreno para operações empresariais menores e mais flexíveis. Esse novo sistema se utiliza estrategicamente dos extraordinários avanços nas tecnologias, altera as linhas de montagem da grande empresa e programa uma nova produção, desta vez atendendo as demandas do mercado.

Segundo Perez (*apud* Lima, 1997, p. 28), as maiores transformações dessa produção flexível ocorrem de três maneiras: a formação de economias de escopo, no qual ocorre uma especialização flexível da produção em lotes voltados para segmentos pequenos de mercado; a estratégia de mudança técnica rápida a partir da distribuição da produção por firmas diferentes; e a organização de um sistema definido pelo usuário, em que a produção é pensada do fim para o começo, tendo em vista a diversidade da demanda e a adaptação a condições diferenciadas. Então é a partir da mudança nas estratégias técnicas que enxergamos um desmoronamento do fordismo como organização produtiva. Tal efeito, já tornado real em todo o sistema de produção internacional, estimula a criação de uma extensa lista de nomes disposta a dar conta do processo (fala-se de pós-fordismo, acumulação flexível, japonismo, toyotismo, ohnismo, em referência a Ohno, chefe da Toyota e criador do “*Kan ban*”, entre outros).

Quando atentamos para a grande inovação organizacional da gestão na empresa, o termo toyotismo parece cair muito bem. Esse modelo originalmente japonês se ancora, segundo Druck (1999), no *just in time*, um sistema sincronizado de informações que se utiliza do *kan ban* (sistema de racionalização que concede à produção um controle do tempo, da quantidade exata e do trabalho a ser gasto em sua realização) e permite o conhecimento da produção, possibilitando um fluxo sem estoques com estreita relação entre a empresa e seus fornecedores. Mas também a *Muda* e o *Kaisen* merecem atenção. A primeira ensina a eliminar totalmente o desperdício de material, pessoal e movimentos da produção; já a segunda defende o preceito da qualidade total que, segundo Krein (1997), “tem a finalidade de estimular novas práticas, comportamentos, condutas e disciplinas dos trabalhadores no interior da empresa”.

Mas é com o desgaste do fordismo, a emergência das novas racionalidades flexíveis na produção e a revolução da tecnologia e da informação que se legitima toda a inédita expansão global capitalista. As distâncias espaciais, nesse sentido, ganham a graça da superação, o que implica uma remodelagem geográfica, onde o capital passa a reger os valores de uma porção cada vez maior do mundo.

Assim, concretizações dessa ordem se manifestam, sendo a estratégia das empresas em rede uma das mais eficientes. A tática é ousada mas eficaz, consistindo na fragmentação mundial da produção e em sua divisão por várias empresas. O resultado esperado é satisfeito: uma relevante diminuição dos custos. É comum verificarmos casos onde a grande empresa abdicou da produção e hoje só controla o que, quando e onde produzir, transferindo a produção propriamente dita a subcontratadas geralmente localizadas na periferia capitalista. “Com isso externalizam seus riscos: é bem mais fácil romper um contrato de subcontratação do que fechar uma indústria própria, acarretando desgaste de imagens e problemas legais. O mesmo se aplica à utilização de expedientes como trabalho informal, sonegação fiscal e agressão ao meio-ambiente. Quando isso ocorre, geralmente a subcontratada local é que assume o risco de eventuais operações irregulares” (Dupas, 1999, p. 51).

Castells (1999, p. 189) já dizia que a “transformação organizacional ocorreu indepen-

dentemente da transformação tecnológica, no entanto, uma vez iniciada, a praticabilidade ou transformação organizacional foi extraordinariamente intensificada pelas novas tecnologias da informação”. Nesse sentido, a disposição das empresas em rede se coloca como uma representação clara de aplicabilidade das novas tecnologias à mudança na organização produtiva. Seu sucesso então mostra a superação da rigidez fordista e das extensões espaciais, dois obstáculos dos mais restritivos à escala produtiva do capitalismo moderno.

Toda a flexibilização surgida a partir dos novos modelos concedem outra racionalidade ao uso do capital, alojando-o onde as melhores condições do mercado apontam. Produz-se mais ou menos, com uma força de trabalho menor ou maior, mas sobretudo, aqui ou em outro lugar qualquer, pois as inovações da tecnologia permitem a simultaneidade dessa lógica. Resta aos trabalhadores, e não só a eles mas também aos lugares, se inserirem numa lógica de instabilidade onde ora participam do processo produtivo, ora não mais são úteis às estratégias do capital.

Portanto parece que as recentes transformações impostas através da tecnologia da informação e da flexibilidade da reestruturação produtiva se utilizam de uma peça fundamental sem a qual as possibilidades de reprodução do modo de produção capitalista não se consolidaria: o espaço. Neste novo e espantoso cenário, produzido por um capitalismo ávido na busca de curas para suas crises crônicas, a escolha da melhor localização no espaço mundializado se apresenta como uma panacéia aos males desse sistema. Neste sentido, um estudo do espaço como produto e produtor das relações sociais, bem como as contradições que se desencadeiam a partir dessa dinâmica, se consolida como uma das estratégias mais importantes na tentativa de apreender as muitas faces do real.

4 Espaço: Pequena Reflexão Ontológica

O estudo do espaço sempre se apresentou difícil e de farta complexidade. Mas isso não surpreende, pois ele é situado como extensão para as coisas, distância entre pontos ou até mesmo intervalos abstratos. Segundo Kant (1996, p. 75), sua noção procura dar conta da forma de todos os fenômenos dos sentidos externos. Numa acepção kantiana, portanto, o espaço pode ser visto como a “condição subjetiva da sensibilidade unicamente sob a qual nos é possível a intuição externa”.

Entretanto, para Milton Santos (1996b, p. 126), ao tentar conduzir a discussão para um plano humano e social, e esse é nosso interesse, a noção kantiana de espaço como mero receptáculo das coisas se apresenta muito limitada. Santos considera que a noção de um “espaço-nível” ou “espaço-continente” (*space-container*) é, além de uma inspiração de Kant, um produto da herança filosófica de um grande número de autores modernos e clássicos, entre eles Newton e os positivistas. Assim, uma visão social dentro dessa perspectiva compreenderia o espaço somente como “um reflexo da sociedade, uma tela de fundo onde os fatos sociais se inscrevem à vontade, na medida em que acontecem”.

Ora, um espaço social pensado como mero pano de fundo traz consigo uma passividade, um vazio que de fato não existe. Uma conclusão embasada nessa reflexão deduziria, no máximo, que as relações sociais e suas contradições se dão sobre uma base neutra, inerte e apolítica. As palavras de Lefebvre (1967, p. 34) são por demais eficientes para destruir esse mito.

O espaço não é um objeto científico desviado pela ideologia e pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se tem um ar neutro, indiferente ao conteúdo, puramente formal, abstrato, de uma abstração racional, este espaço, é precisamente porque ele já é ocupado, disposto, é já objeto de estratégias antigas, das quais não se encontram mais os traços. O espaço foi talhado, modelado a partir de elementos históricos e naturais, mas o foi politicamente. O espaço é político e ideológico (...) porque este espaço que parece homogêneo, em sua forma pura, tal como constatamos, é um produto social.

Essa visão também foi compartilhada por Michel Foucault (apud Soja, 1993, p. 25), quando ele afirma que “não vivemos num vazio passível de ser colorido por matizes variados

de luz, mas num conjunto de relações que delinea localizações irredutíveis umas às outras e absolutamente não superponíveis entre si”. Dessa forma, o espaço deve ser “considerado como uma instância social”, ou seja, “a essência do espaço é social”(Santos, 1985, p.1). A partir dessa apreensão, conclui-se que o “espaço socialmente construído compreende o conjunto de elementos materiais transformados pela práticas econômicas, apropriadas pelas práticas políticas e constituídas em significações pelas práticas culturais-ideológicas” (Barrios, 1986, p. 19).

Pensar o espaço na contextura das práticas sociais é conceder-lhe uma vivência efetiva. Essa espacialidade, uma construção socialmente elaborada e rica em relações contraditórias de produção e reprodução, surge exatamente no momento em que o homem projeta a si mesmo na natureza. Tal projeção se dá através do trabalho, mais especificamente no trabalho organizado coletivamente ao longo dos processos históricos, o trabalho social. Portanto vemos o espaço “como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de mais nada, relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade” (Carlos, 1992b, p. 15).

Com efeito, podemos dizer que um modo de produção, configuração histórica do conjunto das forças produtivas e das relações de produção, se concretiza numa base territorial. É num plano geográfico que a totalidade construída a partir das estruturas econômicas, político-jurídicas e ideológicas se constituem e articulam suas estratégias de produção.

Mas é inconcebível imaginar um sistema produtivo que não traga dentro de si as bases para própria continuidade. Pensar numa situação deste tipo significa conceber os meios de produção como sistemas produtivos absurdamente curtos, incapazes mesmo de estruturar valores estratégicos. Sabemos que isso não corresponde à verdade, os meios de produção se fazem resistentes justamente porque realizam no seu processo produtivo as condições para sua reprodução. Assim as próprias relações sociais de um determinado modo de produção elaboram os meios que reproduzirão as suas necessidades e valores. É bom deixar claro que o termo produção deve ser interpretado aqui de duas maneiras: aquela em seu sentido estrito, a criação de bens e mercadorias; e a produção dos modelos organizacionais do sistema, valores incrustados nas relações, costumes e ideologias sociais.

Destarte, ao considerar o espaço como um plano dimensional onde a sociedade vê cristalizada o resultado do seu trabalho, estamos interpretando-o como um produto social mas também como um meio de articulação das condições que reproduzem as relações sociais e o modo de produção. O espaço geográfico, “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)” (Corrêa, 1991, p. 55).

Na interpretação do capitalismo como o modo de produção do mundo moderno, poderemos concebê-lo intrinsecamente ligado à organização do espaço geográfico. Este último, envolvido diretamente com o resultado do trabalho capitalista, refletirá todas as relações de apropriação-dominação numa sociedade fundada na produção/troca de mercadorias. As contradições apreendidas no espaço serão manifestações da lógica desse sistema.

Nesse sentido, a busca por uma análise mais completa das heterogeneidades do capitalismo, e sobretudo das transformações sociais desenvolvidas por este sistema na recente ordem mundial, passa por uma investigação da dialética espacial. “Os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis” (Soja, 1993, p. 99).

5 Produção do Espaço e Reprodução do Capital

Como há pouco abordamos, o capitalismo contemporâneo se apresenta diante de transformações que se fazem muito consistentes e parecem atingir as condições subentendidas à continuidade de sua sobrevivência. Mas as modificações não são assim tão estruturais. As afirmações de Marx, no capítulo V do seu O Capital ainda são válidas. A mais-valia, vitamina

que nutre o capital, continua resultando de um “excesso quantitativo de trabalho, da duração prolongada desse processo de trabalho”.

O problema, para os capitalistas, foi os ganhos adquiridos pela classe trabalhadora a partir dos muitos movimentos sociais iniciados no século XIX e consolidados no século XX. Conquistas como a redução da jornada de trabalho e os aumentos reais nos salários, minaram as vultosas arrecadações capitalistas, comprometendo até mesmo a multiplicação do valor. É aqui que entra em cena a impressionante capacidade, inerente ao capital, de construir meios para a superação dos diversos obstáculos à sua reprodução. “O capitalismo foi forçado a deslocar uma ênfase cada vez maior para a extração da mais-valia relativa, através das mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica do capital, do papel cada vez mais invasivo do Estado e das transferências líquidas do excedente, associadas à penetração do capital em esferas não inteiramente capitalistas de produção” (Soja, *ibid.*, p. 111).

Dessa forma, podemos compreender os muitos acontecimentos que produzem a nova realidade como estratégias capitalistas por demais eficientes na tentativa de revitalizar o capital e sua ação multiplicadora. Contudo uma dessas estratégias merece nossa atenção especial: a captura do espaço mundializado como meio eficaz na reprodução do capital. Ora, o espaço sempre foi uma fonte original de riqueza do capital, pois este último, ao tentar reproduzir as suas formas de acumulação, impõe os seus domínios não só sobre o trabalho do homem mas também sobre a extensão desse trabalho, a natureza transformada ou, no dizer de Marx, a segunda natureza. Não se pode duvidar, portanto, de que o capitalismo “pavimenta o seu caminho inscrevendo às fontes originais da riqueza mediações consagradas a fazer com que seu controle e desenvolvimento tenham como norte a acumulação do capital” (Martins, 1999, p. 24). É aqui que se dá a produção do chamado “espaço do capital”.

Deparamo-nos então com as novas possibilidades de apreensão do espaço pelo capital. Este assumiu envergadura global ao tomar de assalto as regiões do mundo que ainda não eram regidas pela sua lógica. Para Lefebvre (apud Soja, *ibid.*, p. 114), esse foi o maior trunfo do capitalismo em nosso século: “o capitalismo descobriu-se capaz de atenuar (se não resolver) suas contradições internas durante um século(...). Não podemos calcular a que preço, mas realmente sabemos por qual meio: ocupando o espaço, produzindo um espaço”.

Diante da aceção lefebvriana, portanto, as muitas regiões que compõem a periferia do atual capitalismo são cristalizações de uma estratégia de reprodução das relações sociais de produção, a maneira pela qual o sistema encontrou para se revitalizar e garantir a manutenção de suas estruturas. Lefebvre vê na produção do espaço, espaço socialmente produzido, o meio mais eficiente na reprodução das relações dominantes de produção.

Assim o espaço passa a ser produzido como mercadoria e se incorpora a um complexo circuito de trocas, concebendo ao capital uma volatilidade sem precedente. Neste novo mundo, com características tão flexíveis, o espaço começa a ser explorado com maior eficiência, o que explica a sua dominação por uma nova forma de ocupação racional. Então, esse mesmo espaço começa a ser vendido em pedaços, ou seja, é fragmentado de forma a conceder maior rentabilidade ao seu proprietário.

Para Lefebvre, essa fragmentação seria apenas uma afirmação das contradições que regem o novo espaço mundial. Ele seria também homogêneo e hierarquizado. Homogêneo porque se apresenta rico em possibilidades de integração, permite uma relação intercambiável de lugares em tempo real; e hierarquizado porque os espaços não se revelaram nem se revelam para o capital simultaneamente, pois a relação se dá dos centros às periferias numa composição estratificada onde se realizam a dominação e a exploração.

Portanto, reconhecendo as complexidades da dialética espacial, podemos testemunhar com maior transparência toda a lógica da incorporação de novos lugares às determinações do capital, agora cada vez mais comprometidos com as relações de acumulação capitalista. Entretanto, é bom lembrar que as fontes de acumulação do sistema e suas contradições estruturais permanecem, a mais-valia ainda existe, assim como as inquietantes lutas de classe, mas agora o seu campo de atuação se ampliou, elas hoje abrangem uma dimensão mundial.

6 A Manifestação Espacial da Globalização: o Meio Técnico-Científico-Informacional

As novas realidades impostas pelo capitalismo constroem uma impressão de mundo diferente e sem pressupostos. Alardeada como globalização, como escrevemos, essa nova impressão insiste em reorganizar as noções de mundo, concedendo-lhe um aspecto de integração e unidade efetivadas pela atual revolução dos meios de comunicação, transportes e informatização. Mas não é o espaço que se mundializa, são as pessoas e os lugares. A idéia de espaço mundial é uma metáfora, o que de fato ocorre são “temporalidades hegemônicas”, uma imposição cada vez mais resistente dos agentes hegemônicos econômicos, sociais, políticos e culturais.

No cerne da reflexão acima, temos a contribuição esclarecedora de Milton Santos. Esse geógrafo, disposto a fornecer maior transparência ao recente desenho dos movimentos espaciais, se utiliza de algumas categorias pertinentes à compreensão do referido processo. Portanto, é a partir de uma investigação histórica das relações entre a sociedade e a natureza que Santos admite três momentos para o espaço geográfico: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

A primeira etapa compreende o momento em que tudo era meio natural, “o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais (...). Esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações” (Santos, 1999, p. 187).

O segundo momento, o período técnico, vê a emergência do espaço mecanizado. “Os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos ao mesmo tempo”. Temos aqui um componente espacial formado pelo natural e pelo artificial. Assim, “utilizando novos materiais e transgredindo as distâncias, o homem começa a fabricar um tempo novo, os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais. O fenômeno, porém, era limitado. Eram poucos os países e regiões em que o progresso técnico podia instalar-se” (idem, *ibid.*, p. 189).

Finalmente, o terceiro e último momento, aquele no qual estamos inseridos, corresponde ao período que destaca a profunda interação da ciência com a técnica (tecnologia informacional). Iniciado após a Segunda Guerra Mundial, mas concretizado definitivamente a partir da década de 70, este momento apresenta várias impressões que lhe são peculiares. Primeiramente, reconhecemos o entrelaçamento da tecnologia informacional com as forças capitalistas. Estas últimas, além de regerem a técnica e a ciência, se utilizam delas para se ampliarem em um mercado global. Outra característica inerente a este período é sua enorme capacidade de tecnicidade da paisagem: “cria-se um verdadeiro tecnocosmo, uma situação em que a natureza natural, onde ela ainda existe, tende a recuar, às vezes brutalmente” (idem, *ibid.*, p. 191).

Mas, sobretudo, é a requalificação dos espaços, agora observados somente como instrumentos de interesse do capital hegemônico, a mais clara representação deste momento. A composição de uma geografia inteiramente nova, marcada por uma globalização da produção e do consumo, é a maior expressão do meio técnico-científico-informacional. “O meio técnico-científico-informacional é justamente a consequência espacial do processo de globalização, ou seja, seu impacto sobre o território. É o resultado da construção e reconstrução permanente do espaço geográfico com conteúdos crescentes de ciência, tecnologia e informação, que são as bases materiais de toda a vida social e econômica do presente” (Elias, 1998, p. 02).

Esse meio técnico-científico-informacional pode ser explicado a partir do que Santos chama de tecno-esfera e psico-esfera. A primeira é o resultado da generalização artificial imposta pelo homem ao meio ambiente. A segunda está mais ligada aos símbolos subjetivos projetados pelo homem - o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram as relações interpessoais. Citando o exemplo do Brasil, o autor deixa claro que é a psico-esfera que marca a maior presença no meio técnico-científico. “Como tecno-esfera, o meio técnico-científico se dá como fenômeno contínuo na maior parte do Sudeste e do Sul, desbordando para grande parte do Mato Grosso do Sul. Como psico-esfera, ele é o domínio do país inteiri-

ro” (Santos, 1998a, p. 193).

Mesmo assim, a expansão da tecno-esfera é a maior tendência do modo de produção capitalista, pois, como já dissemos, quanto mais espaços forem produzidos sob a égide do capital, maior será a possibilidade para sua reprodução. Nesse sentido, a ampliação, ou até mesmo a construção dos sistemas técnicos no espaço, criam uma base material sem a qual a produção e o consumo capitalistas não poderiam se cristalizar. É a satisfação das necessidades do capital que se realiza consolidando uma organização funcional dos fixos (as forças produtivas em geral e os próprios instrumentos de trabalho) em sistemas de engenharia (conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes).

Diante disso, e aproveitando o exemplo utilizado por Milton Santos, podemos imaginar que a procura pela unicidade técnica no território brasileiro se dá como uma manifestação hegemônica interessada em construir racionalidades espaciais que beneficiem o capital. E assim, algumas regiões que ainda não se enquadram completamente dentro das exigências da tecno-esfera começam a receber um estímulo especial para fazê-lo. Este é o caso do Nordeste do País, pois seu espaço, hoje, se coloca diante do olhar atencioso da técnica, já articulada inclusive em alguns pontos nodais.

Mas a expansão do meio técnico-científico-informacional até o Nordeste brasileiro eleger como semblante uma das atividades econômicas de maior transformação estrutural do espaço geográfico: a indústria. É a partir da industrialização que o espaço nordestino vem sendo incorporado à nova lógica informacional do capital, com isso, altera-se o perfil econômico da região e novos fluxos se manifestam fornecendo ao capital a volatilidade que lhe satisfaz. Na esteira do processo, novas áreas se incorporam aos planos estratégicos da técnica e do tempo capitalista. Também é bom não se esquecer de que a dinâmica industrial só se completa quando estende suas ações a uma nova projeção urbana, situação que impõe a esses novos lugares uma verdadeira reorganização de seus espaços.

Portanto, se temos como objetivo analisar os resultados do meio técnico-científico em dois municípios nordestinos, uma investigação sucinta sobre a lógica espacial da industrialização na região merece destaque.

7 Industrialização e Reestruturação do Espaço: Discussão Teórica e Análise Regional

Uma das contribuições mais importantes da interpretação dialética sobre o espaço geográfico foi a sua disposição em reconhecer as relações de contradição que nele estão inseridas. Tal impressão permite visualizar o movimento ininterrupto de construção e desconstrução do espaço sob a égide do modo de produção capitalista, fato relevante quando se tem o interesse de investigar toda essa complexa dinâmica a partir de um processo social.

De fato, a grande característica espacial do capitalismo é desenhar a paisagem ao gosto de suas necessidades. Reestruturar continuamente o espaço, portanto, é uma estratégia pertinente para um modo de produção que vê nos movimentos sociais localizados uma reivindicação operária numa cidade européia, por exemplo, um obstáculo muito resistente à sua reprodução.

Vemos a reestruturação, assim como discorre Soja, como uma combinação sequencial de alterações onde as tendências anteriores são bruscamente substituídas por novas tendências. Uma reestruturação espacial, nesse sentido, compreenderia uma superposição de novos valores sociais, econômicos e sobretudo geográficos sobre uma ordem anterior. Ora, que processo social capitalista é situado como um dos mais eficientes na tentativa de metamorfosear toda a estrutura econômica e espacial de um lugar? Qual conjunto de atividades produtivas possibilita toda uma alteração na lógica social rearticulando espaços e até mesmo dinamizando outros setores? Eis a razão pela qual devemos nos empenhar agora em apresentar as principais características do processo que responde a essas perguntas: a atividade industrial.

No sentido mais amplo, indústria pode se definir como a soma das atividades humanas

que prevê a produção de mercadorias a partir das transformações de objetos da natureza. Assim seriam consideradas industriais séries de atividades que iriam desde a produção artesanal doméstica até a maquinofatura dos nossos dias, passando pelo sistema corporativo e manufatureiro. Mas é a produção industrial regida pelo sistema fabril, iniciada na Revolução Industrial inglesa do século XVIII, que nos interessa. Guardamos nossas atenções para o momento em que a atividade industrial inicia a sua apropriação desenfreada pela natureza e se impõe sobre as demais atividades, mantendo o controle sobre elas.

Nesse sentido, poderíamos facilmente falar de industrialização, processo produtivo de abrangência social que representa o controle da atividade fabril sobre todos os outros setores econômicos de uma região ou país. A predominância do trabalho assalariado e a dominação da produção pelo capital conduzem o capitalismo do rumo comercial para o industrial, ampliando exponencialmente sua acumulação e fazendo-o sobrepujar as várias esferas econômicas e sociais.

Diante disso, o espaço tem um papel fundamental na produção ou manutenção da atividade industrial. Diferentemente da agricultura, onde a distribuição espacial se dá por grandes extensões prolongadas, na indústria a ocupação do espaço ocorre de forma particular e concentrada. Todavia a articulação e fluidez do capital industrial possibilitam a integração de espaços que ultrapassam as barreiras oceânicas, construindo a impressão de um espaço mundial. As aglomerações industriais que remodelam o grande centro urbano, portanto, são concentrações somente de instalações e de força de trabalho; a totalidade das suas relações de produção e consumo ocorrem no plano mundial.

Os diversos estudos sobre a localização espacial das indústrias refletem a complexidade do tema e a dificuldade em se descobrir quais os verdadeiros fatores condicionantes na distribuição dessa atividade no espaço. Dentre as muitas interpretações clássicas que abordaram essa temática, poderíamos destacar, entre outras, as teorias de Alfred Weber, Andreas Predöhl, Tord Palander, August Lösch e W. Christaller. Weber e Lösch desenvolveram teorias específicas para a localização industrial. O primeiro, pioneiro na apresentação de um estudo completo sobre o assunto, afirma que as principais determinantes para a localização de uma fábrica são fatores técnicos, como o peso do lucro e as distâncias. Já o segundo, que para Azzoni (1981) deu um passo fundamental nos estudos da problemática locacional, se utiliza de procedimentos empíricos para verificar onde as quantidades demandadas mais poderiam contribuir para atração de investimentos.

Os demais autores elaboraram investigações mais gerais, procurando decifrar os problemas espaciais das atividades econômicas. Mesmo assim, podemos assimilar que o desenvolvimento das forças produtivas fez diminuir a credibilidade da maior parte dessas teorias, sem falar que a perspectiva econômica neoclássica, incrustada em todos esses estudos, tende a eleger variáveis fixas na interpretação locacional das fábricas e a imobilizar a dinâmica dos fenômenos industriais.

Portanto, era difícil para a economia espacial burguesa reconhecer as verdadeiras determinantes da localização industrial, principalmente pela recusa em enxergar as contradições sociais que nutrem essa lógica. Uma investigação nesse sentido tende a esconder um aspecto fundamental na produção do espaço industrial: a divisão espacial e internacional do trabalho em um dado momento histórico. Acreditamos, como Carlos (1992b, p. 21), que a localização industrial em sua perspectiva histórica se distribui principalmente em função do desenvolvimento das forças produtivas e da articulação dos espaços na formação econômica e social. “Entender a indústria enquanto unidade produtiva requer entender o modo pelo qual a sociedade produz, num determinado momento histórico”.

Enxergando o novo processo de organização mundial, no qual as forças produtivas alcançam um grau de desenvolvimento impressionante graças aos estímulos da tecnologia informacional, reconhecemos uma ampliação por demais significativa do espaço industrial. Este, disseminado já há algumas décadas pelos países capitalistas periféricos, agora se apresenta consumindo novos lugares e impondo os ditames da tecnologia, na tentativa de construir uma geografia cada vez mais racionalizada.

O caso do Brasil é bem exemplar. O país experimentou grandes mudanças em seu

padrão de acumulação econômica no final da década de 20 do Séc. XX. Naquele momento verificou-se uma intensificação da substituição de importação na qual as crises mundiais do “entre guerras” e o grau de capitalização gerado pelo café tiveram papel fundamental. Nascia o domínio da indústria sobre o ritmo das atividades econômicas brasileiras, em detrimento do modelo agrário-exportador. Entretanto, o novo processo ainda sofria várias restrições: a base técnica, agora concentrada em São Paulo, era estreita e não dispunha de um adequado departamento produtor de bens de produção.

Só a partir dos últimos anos da década de 50, o Brasil se vê capturado pelas forças do capital oligopolista. Este lhe aplica vultosos investimentos e altera radicalmente a sua estrutura produtiva. O Estado também assume um papel atuante, responsabilizando-se pela montagem de uma infra-estrutura condizente com a reprodução dos pesados investimentos que começam a chegar do Exterior. Como não seria de se espantar, a industrialização é o meio utilizado para dar a luz o conjunto de transformações que se generaliza no País, a se destacar: o desenvolvimento qualitativo da tecnologia voltada para a elevação da capacidade produtiva, a impressionante fuga da população rural em procura das grandes cidades e as alterações socioculturais desencadeadas pela urbanização.

O Nordeste brasileiro começa a se integrar a esse cenário logo a partir do começo dos anos 60. O acelerado impulso industrial na região se traduz como um resultado da expansão desses investimentos pelo Território nacional. Mas a atividade industrial nordestina não nascia aqui. Desde o final do século XIX, algumas cidades da região já possuíam um parque industrial bastante diversificado pertencente a um poder oligárquico familiar. Havia ponderável produção de charutos e cigarros, de chapéus, de carroças, de couros e peles, de cimento, mas o grande destaque viria para as indústrias açucareira, têxtil e de óleos vegetais (Andrade, 1981).

A maioria desses setores industriais tradicionais é destruída a partir dos anos 60, com a instalação de um novo projeto econômico para a região Nordeste. Esse projeto partiu da comprovação pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) que o comércio internacional, da forma como estava posto, não levaria à superação do atraso das economias periféricas. “Para tanto, esse novo modelo defendia uma ação direta do Estado intensificando e coordenando a industrialização que vinha ocorrendo espontaneamente através da substituição de importações” (Costa, 1997, p. 13).

Mas, as teorias cepalinas se materializaram na região, de fato, através do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). A idéia de criar um grupo nestes moldes surgiu diante das disparidades socioeconômicas entre o Nordeste e o Sudeste decorrente do avanço econômico deste último. Planejado pelo Governo Federal, mais especificamente pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, o GTDN elaborou um diagnóstico entre os anos de 1957 e 1959, no qual propõe uma política para o desenvolvimento regional com base na industrialização .

A Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste – SUDENE, órgão de planejamento destinado a orientar as ações do Estado na região, foi a instância organizativa que legitimaria essa política. Através dos incentivos fornecidos pelos arts. 34/18, dispositivo que autorizava as empresas nacionais e internacionais interessadas em implantar indústrias no Nordeste a reduzirem em até 50% o imposto de renda devido à União, a SUDENE transformou a industrialização no eixo do crescimento econômico da região e destruiu os vínculos de complementaridade desta última com o setor agrícola local e o mercado regional.

Ao desvalorizar as atividades econômicas regionais, a SUDENE expôs claramente os reais interesses do projeto, que por sinal se distanciava da tentativa de reduzir as desigualdades socioeconômicas regionais. Então, por trás de discurso resistente estava o interesse de integrar o Nordeste a um mercado nacional capitalista sob liderança do Sudeste do País, “daí a ênfase dada anteriormente à política rodoviária e de implantação de grandes usinas hidrelétricas” (Andrade, *ibid*, p. 52), pré-requisitos para o processo.

Podemos concluir, nesse sentido, que os investimentos industriais para o Nordeste consistiram num instrumento de manutenção das margens de lucro do capital oligopolista. Este, se utilizando do espaço para garantir sua reprodução, garantiu o domínio empresarial do

Sudeste sobre a região, levou à falência atividades nordestinas tradicionais, incorporou milhões de camponeses a uma economia urbana de mercado e resolveu o problema dos emergentes conflitos de classe que assustavam a burguesia local e nacional.

Finalmente, evidencia-se que essa segunda etapa de industrialização do Nordeste destacou forte concentração espacial. As vantagens comparativas locais destacaram as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza como capitais mais propícias à implantação industrial em decorrência de suas boas condições infra-estruturais.

Quanto ao período mais recente da industrialização nordestina, observamos que ele resulta das novas realidades globais, assim como da crescente internacionalização da economia brasileira. Esta última, hoje, consolida um processo de industrialização bem mais flexível onde o capital se articula estrategicamente pelo espaço, razão pela qual a migração dos investimentos para o interior do País torna-se constante. Com efeito uma nova modalidade de competição financeira se ergue, colocando as unidades de Federação numa arena onde a arma mais eficaz é o benefício fiscal. A análise do processo no Estado do Ceará, discussão que fornecerá as últimas contribuições para a apresentação de nosso objeto, irá conceder uma noção mais completa para a atual situação.

Antes de explicitar as recentes estratégias industriais cearenses, necessário se faz compreender a periodização da atividade no Estado. A formação econômica cearense do período colonial se distanciou um pouco das outras economias nordestinas litorâneas. Enquanto os estados da Zona da Mata apresentavam suas economias baseadas na lavoura canavieira, o Ceará fundamentava sua organização econômica em função das necessidades de suprimento para as regiões agro-exportadoras. Assim a pecuária foi a primeira grande atividade cearense, “responsável pelas primeiras atividades ligadas às transformações industriais”, bem como ao povoamento e a colonização do Estado (Silva, 1994). Logo depois o algodão, produto bem adaptado ao clima semi-árido, se uniram às charqueadas (atividades ligadas ao consumo de carne) compondo a base para a organização econômica e espacial cearense. Nesse sentido, o sistema formado pelo tripé gado-algodão-cultura de subsistência não só estruturou a economia espacial cearense como marcou profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra no Estado.

Apesar de seu caráter agro-exportador, viriam do algodão as primeiras iniciativas industrializantes do Ceará, primeiramente representadas pelas empresas de fiação e tecelagem. Tais empresas, que se distribuíram por diversos municípios do Estado, uniram-se a outras nos ramos de curtume, metalurgia, tipografia etc., formando a identidade industrial cearense que predominou até a metade do século XX. A partir de então, as práticas desenvolvidas pela SUDENE possibilitaram a penetração de investimentos oriundos do Sudeste, situação responsável por uma concorrência desleal para a maioria das empresas locais. Algumas se reequiparam, tornando-se competitivas, mas a maioria não teve outro destino senão a falência.

O novo momento econômico cearense consolidaria, de fato, a sua industrialização. Segundo Geraldo Nobre (1989), a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Universidade Federal do Ceará possibilitaram, cada uma a seu modo, um impulso econômico e industrial muito significativo para o Estado, sobretudo para a cidade de Fortaleza. Dessa forma, o Governo Estadual também contribuiu adotando políticas de incentivo à industrialização e criando bases técnicas onde iria se erguer o Distrito Industrial.

Para Amora (1994), o crescimento das atividades industriais nesse período não trouxe alterações estruturais. Os maiores privilégios ficaram para os ramos têxtil, alimentar e de calçados, ou seja, vocações produtivas já tradicionais do Estado. Situação parecida ocorreu com a distribuição espacial das riquezas industriais, porquanto a maioria absoluta dos investimentos se cristalizou no ambiente mais propício à sua reprodução, a então nascente Região Metropolitana de Fortaleza.

A partir de 1978, a economia cearense assiste definitivamente à passagem de um sistema produtivo agrário-exportador para outro centralizado na indústria e no terciário. Essa mudança, que vinha acompanhada no plano político por uma série de reformas industriais, é

confirmada a partir da emergência política no Estado do grupo conhecido como “jovens empresários”.

Os “jovens empresários”, membros do CIC (Centro Industrial Cearense), representam a burguesia progressista que chegou ao poder político no Ceará em 1986. A emergência desse grupo se deu com a vitória eleitoral de Tasso Jereissati e se consolidou através de Ciro Gomes e da reeleição do mesmo Tasso Jereissati. As práticas desse mais novo governo, conhecido como “Governo das Mudanças”, se traduzem no fortalecimento das tendências industrializantes, na ampliação da infra-estrutura cearense, na atração de investimentos externos e na reestruturação do Estado baseada numa política de “privatização”. Evidencia-se também uma rearticulação na distribuição espacial dos investimentos, descentralizando a ação do capital para os municípios do interior e do litoral

Assim, analisamos a recente trajetória econômica cearense como uma manifestação bem projetada das atuais mudanças que se dão num plano mundial. A força da tecnologia da informação, ou, como diria Milton Santos, a captura desse espaço pelo meio técnico-científico-informacional, legítima em seu território as racionalidades ditadas pela técnica e erige novas organizações espaciais em benefício da produção e das trocas globalizadas. No Ceará, hoje, despontam, num plano mundial, os resultados flexíveis da atual lógica capitalista e, num plano nacional, as conseqüências advindas da abertura econômica ao poderoso capital hegemônico.

Todo esse processo, em termo de Brasil, vem se traduzindo numa acirrada “Guerra fiscal” entre os estados na qual a redução ou a isenção temporária dos impostos constitui numa atração irrecusável para novos investimentos. Consolida-se, desse modo, a tendência migratória do capital para novas áreas sem nenhuma tradição industrial: do berço paulista, as empresas expandem-se para o interior do País e adquirem fluidez no território nacional, chegando até o Norte e o Nordeste.

Somada aos benefícios tributários, temos a farta mão-de-obra barata, seguramente uma das grandes responsáveis pela mobilidade industrial no espaço. A presença de uma massa populacional ávida por empregos legalizados, mas inconsciente de direitos trabalhistas, faz das regiões brasileiras subordinadas ao capital hegemônico do Sudeste um palco perfeito para o soerguimento das novas realidades destinadas à reprodução do capital.

Com efeito, percebemos a importância da inserção de novos lugares ao meio técnico-científico. Estes movimentam a ciranda evolutiva do capitalismo e comprovam que a capacidade de multiplicar a acumulação só se dá capturando as distâncias e produzindo o espaço. O Ceará, alardeado como o “novo portal do desenvolvimento”, não poderia fugir à regra.

8 Reestruturação Espacial nos Municípios de Horizonte e Pacajus (CE)

O traçado geográfico desenhado pelo capital industrial no Ceará aponta para as recentes tendências mundiais de conduzir o meio técnico-científico através das fronteiras antes imaginadas distantes. A descentralização da indústria pelo Estado, ação-chave no Plano de Desenvolvimento Sustentável apresentado pelo atual governo, consiste numa transformação da base territorial cearense disposta a pavimentar os lugares nos quais irão trafegar os objetos e os fluxos ligados aos investimentos exógenos.

No contexto, podemos fazer o recorte de uma área na qual a intensidade das mudanças está ligada diretamente ao processo. Tal recorte envolve os territórios municipais de Horizonte e Pacajus, localizados respectivamente a 42 e 49km ao sul de Fortaleza e interligados a essa capital por uma das rodovias federais mais movimentadas do Estado: a BR-116. Nesses municípios, vemos a inserção de uma gama de estabelecimentos industriais que se impõem no espaço geográfico através de várias transformações. São elas: a desorganização de funções espaciais pretéritas; a imposição de uma nova lógica temporal; a rearticulação das relações territoriais de trabalho e, sobretudo, a produção de um espaço articulado segundo os interesses do capital hegemônico.

O motivo para a afirmação de uma nova organização espacial em Horizonte e Pacajus

se dá na esteira do processo globalizante. A situação pode ser explicada como manifestação local de uma dinâmica que elege a tecnologia informacional e a reestruturação produtiva como novas estratégias de reprodução do capital. Mas, essa realidade também carrega as características flexíveis da nova dinâmica econômica nacional e estadual, pois, se existe uma ordem global disposta a maximizar vantagens para a produção de mercadorias, essa ação só se dará no plano local a partir da conivência de grupos influentes prontos a serem beneficiados com a sua consolidação.

Com efeito, a prática de benefícios fiscais se posta diante dos municípios como um dos maiores destaques na atração de investimentos industriais cearenses ou externos. De fato, as isenções aqui são bem atraentes, pois os programas articulados pelo Governo do Estado (1998) concedem incentivos que chegam a renunciar 75% do ICMS (Imposto por Circulação de Mercadorias e de Serviços) por até 10 anos. Somados a esses atrativos, temos o papel desempenhado pelas lideranças locais, responsáveis pela doação dos terrenos onde são erigidas as indústrias, pelo fornecimento infra-estrutural (água, energia e telefone grátis) e pela construção de um novo suporte técnico (alargamento e pavimentação de ruas, ações que conduzam à uma melhor fluidez comercial e urbana, entre outros). É importante não esquecer o papel da mão-de-obra local, abundante e disposta a vender sua força de trabalho ao gosto do capital que se instala.

Outros motivos técnicos também se fazem atraentes à montagem territorial do que o *marketing* governamental já chama de “segundo maior Distrito Industrial do Estado”. Os dois municípios são cortados pelo “Canal do Trabalhador”, fluxo hídrico artificial que liga o rio Jaguaribe aos mananciais da Zona Metropolitana de Fortaleza, construído em 1993 para o abastecimento da Capital. Esse canal é obra estratégica dentro de um Estado com problemas tradicionais de estiagem. Não poderíamos deixar de enaltecer a passagem também estratégica da BR-116 pelos municípios. Afinal, estes erigiram a sua base comercial a partir do fluxo constante de ônibus, caminhões e automóveis que realizam o trajeto litoral-interior/capital ou capital/interior-litoral. A facilidade no escoamento rodoviário e a proximidade com a capital do Estado somam-se aos atrativos estruturais na consolidação da base reprodutora para os investimentos de elevada grandeza.

A consolidação do “parque industrial” nos Municípios de Horizonte e Pacajus se dá a partir da instalação de empresas variadas cujo capital é oriundo de dentro e fora do Estado, subdividindo-se em investimentos de pequeno, médio e grande porte. Dentre os investimentos mais importantes, aqueles que atingem significativamente a paisagem e remodelam as relações territoriais de produção e trabalho, merecem destaque os seguintes grupos empresariais: Vicunha do Nordeste; Petropar Embalagens; Vulcabrás do Nordeste; Santana Têxtil; Rigesa do Nordeste; Lam Confecções e Troller Veículos.

Esses empreendimentos engendram uma dinâmica econômica estranha aos municípios, que tinham vocações agrárias e se moviam sob a lógica de um pequeno fluxo comercial. De fato, o quadro econômico anterior se distanciava muito do processo atual. Em Horizonte, que até 1987 era distrito de Pacajus, a concentração de atividades ligadas a avicultura sempre se apresentou como destaque. Já em Pacajus a tradicional fonte de riquezas é o caju, sendo o seu beneficiamento uma atividade de grande importância na conquista de emprego.

Entretanto, tais atividades tornam-se coadjuvantes diante da imposição industrial, elas hoje apresentam importância secundária na organização econômica dos municípios. O que se vê aqui, então, é a consolidação da lógica industrial, responsável pela imposição de ritmos velozes e a consagração do meio técnico como racionalidade única à vida social. Erguem-se, nesse sentido, novas formas de organização espacial e do trabalho, diferentes ritmos comerciais e uma nova dinâmica demográfica. A globalização e sua imposição técnica transforma Horizonte e Pacajus em novos espaços de reprodução do grande capital.

Para uma explanação sucinta desse quadro, podemos dividi-lo em três grandes eixos de investigação, sem a qual a reestruturação espacial dos municípios não poderia ser verificada. Tal divisão compreende as novas racionalidades produtivas nos municípios; a dinâmica social e demográfica desencadeada pelas recentes alterações; e a cristalização desse conjunto de mudanças no território, onde a produção de um novo espaço urbano e a reorganização da

configuração espacial constituem o melhor reflexo.

Analisando inicialmente os novos modelos utilizados pela produção flexível, enxergamos a sua completa aplicação em Horizonte e Pacajus. As principais indústrias instaladas aí há muito já se afastaram dos esquemas de rigidez produtiva, estabelecendo um dinâmico processo de subcontratação de empresas, sendo que o maior destaque vai para a terceirização das atividades ligadas à prestação de serviços. Mas se a Vicunha Nordeste, a Petropar Embalagens, entre outras, intensificam a terceirização de atividades como limpeza, alimentação e segurança, a Troller Veículos vai mais além. A primeira montadora de automóveis do Ceará negocia não só as atividades relacionadas aos serviços como parte dos instrumentos necessários à produção. As peças ou aparelhos são comprados junto às revendedoras e utilizadas na linha de montagem, chegando a um produto definido e de identidade própria. Se uma das mais fortes tendências do novo momento é a flexibilidade, sua realização já se consolida nesses lugares.

No que se refere às mais recentes realidades do mundo do trabalho, os dois municípios também já penetraram nessa lógica. Diante de uma população local que desconhecia o trabalho operário e formal, a maioria realizava atividades ligadas ao comércio informal e à agricultura, as formas de salário industrial se apresentam como a solução para os problemas econômicos da sociedade. Então, independentemente do jogo de demissões/contratações movido pelas necessidades de mercado ou aquisição tecnológica, a realidade flexível do emprego é a primeira a chegar aos municípios, fato que, somado à acirrada disputa pelo emprego, inviabiliza qualquer tipo de movimento operário.

O *marketing* da oferta de empregos, aquele que fortalece o discurso político, também é responsável pela chegada maciça de uma população migrante. A construção da imagem do pleno emprego, uma das muitas produzidas pelas zonas industriais, atrai um contingente demográfico geralmente pobre e desqualificado para o trabalho no setor secundário. Como o recente emprego industrial poupa mão-de-obra e requer um mínimo de qualificação profissional, resta a essa população conseguir um emprego a qualquer custo, seja ele formal ou informal. Em Horizonte e Pacajus, essa dinâmica vem se generalizando de forma intensa, assim como informam os números do IPLANCE (1998a e 1998b): em pesquisa realizada nos dois municípios em 1996, verificamos a presença de 9.078 habitantes vindos de fora dos municípios, sendo a grande maioria destes, 91,1%, oriundos do Estado do Ceará.

De fato existe um exponencial aumento dos empregos industriais nos municípios, mas o contingente migratório é bem superior à quantidade ofertada. Como resultado, vemos um desequilíbrio acentuado na distribuição de renda, situação que se reflete no quadro geral da qualidade de vida da população. Horizonte e Pacajus, nesse sentido, se colocam diante do velho paradoxo crescimento econômico/desigualdades sociais, situação que engendra um dinamismo nas arrecadações e finanças dos municípios mas encara, em contrapartida, sérias dificuldades nos sistemas de educação, saúde e infra-estrutura urbana/sanitária.

Em seu *Direito à Cidade*, Lefebvre (1991) aponta que a industrialização pode ser entendida como indutora do crescimento, da planificação ou da transformação da cidade e da realidade urbana. De fato, o capitalismo industrial elegeu a cidade como *locus* de sua produção social e material, aclamando o urbano pela multiplicidade de formas, funções e pessoas que ele dinamiza e incorpora. Torna-se prudente verificar que a cidade, com todas as suas polifonias, já era um destaque antes da emergência capitalista.

Entretanto, é só com a injeção do ritmo frenético do capital que podemos destacar, assim como Milton Santos (1990), que a grande cidade capitalista, a metrópole contemporânea, “é o maior objeto cultural jamais construído pelo homem”. Assim a cidade atual pode ser vista como uma materialidade capitalista ou, como diz Carlos (1992a), um produto do processo de trabalho desse modo de produção, incorporando sua ideologia, consumo, sentimentos e contradições.

Portanto, pensar a cidade capitalista é também pensar os valores desse sistema imbuídos numa conjuntura espacial. O meio urbano, construção social onde se cristalizam todas as nuances do capitalismo, é também, por isso, uma manifestação espacial da divisão do trabalho (divisão territorial do trabalho) e dos conflitos de classe. Ali, a partir das formas e funções de

cada lugar na cidade, se reproduzem os valores de desigualdade e segregação do capital.

Nesse sentido, a imposição dos ditames do capitalismo nos novos lugares significa, sobretudo a captação, por esses, de seus matizes e contradições. Percebemos então que a mais nova dinâmica urbana de Horizonte e Pacajus se deixa guiar pelo traçado desenhado pelo capital. Temos aqui uma disposição locacional estratégica das indústrias, situadas às margens das cidades e de preferência ao longo da BR-116; uma reorganização dos fixos e fluxos urbanos, onde a preparação de uma base técnica através de moderna infra-estrutura acelera os processos de produção e circulação; e, sobretudo, uma segregação sócio-espacial desencadeada principalmente a partir da nova noção de ocupação urbana que destaca a “periferização” e a especulação imobiliária.

No caso dessa última, temos um agravante que modifica os valores pretéritos de apreensão da cidade. A segregação desencadeia uma crise urbana onde a violência e o número de crimes se multiplicam de forma dramática. Como resultado, vemos nesses municípios o nascimento de um comportamento de defesa, uma atitude de reserva perante as relações do cotidiano. Tal situação se reflete no contato pessoal, ou seja, no dia-a-dia social, mas também no espaço, onde muralhas e sistemas de segurança começam a ser erguidos nos domicílios e no trabalho. As contradições sociais já parecem se firmar no espaço urbano.

Portanto, diante dos novos movimentos e imagens que se erguem em Horizonte e Pacajus, é preciso verificar até que ponto as novas ações estão beneficiando esses lugares. Podemos confiar em que a sociedade como um todo será atingida por uma melhoria em seu nível de vida? Até que ponto as particularidades dos dois municípios serão respeitadas a partir da inserção de valores identificados somente com padrões de acumulação capitalista? Como ficarão os interesses locais depois que esses espaços forem consumidos por forças exógenas?

As respostas para essas perguntas não são claras, mas muito do que já foi discutido parece apontar para uma reestruturação criadora de maior segregação no local de trabalho, segregação de direitos sociais e, sobretudo, espacial.

Diante dessas questões, é preciso refletir em prol de uma reestruturação que trace um caminho inverso ao seguido pela atual; uma reestruturação que ultrapasse os limites do econômico e interfira no quadro tradicional de produção e distribuição de riquezas; algo que privilegie a dignidade do homem como ser social; uma reestruturação, de fato, benéfica.

Raciocinar assim, ao contrário do que se divulga, não consiste na defesa do retrocesso econômico, nem muito menos na construção de entraves ao progresso do homem. Trata-se de construir novos caminhos a partir das possibilidades. É a busca de um real que não esteja incrustado de niilismo; um real que seja pensado a partir do possível; um real que seja “direção e orientação, a via aberta para o horizonte” (Lefebvre, 1999).

8 Referências Bibliográficas

- AMORA, Zenilde Baima. *Aspectos Históricos da Industrialização do Ceará*. In : SOUZA, Simone de (coordenadora). *História do Ceará*. 2º ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- AZZONI, Carlos Roberto. *Evolução das Teorias de Localização da Atividade Econômica*. in LONGO, Carlos Alberto. RIZZI, Juarez A. B. (org.). *Economia Urbana – Localização e Relações Intersetoriais*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- BARRIOS, Sônia. *A Produção do Espaço*. in: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia. *A Construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade*. Contexto: São Paulo, 1992a.
- _____. *Espaço e Indústria*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1992b.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1991.
- COSTA, Eurico Rocha Barbosa. *A Intervenção do Estado na Economia Nordestina*. Fortaleza: IPLANCE/CORECON-CE, 1997.
- COUTINHO, Luciano. *O Impacto Social da Terceira Revolução Tecnológica*. in: OLIVEIRA, Flávia A. Martins de (org.). *Globalização, Regionalização e Nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.
- DRUCK, Maria da Graça. *Globalização e Reestruturação Produtiva: O Fordismo e/ou Japonismo*. in: *Revista de Economia Política*. São Paulo, abr./jun. de 1999. V. 19, n.º 2, p.31-48.
- DUPAS, Gilberto. *Economia Global e Exclusão Social*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ELIAS, Denise. *Trabalho de Campo: Notas Teórico-Methodológicas*. Fortaleza: UECE, 1998.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Incentivos Financeiros*. Fortaleza, 1998.
- IPLANCE. *Perfil Básico Municipal – Horizonte*. Fortaleza, 1998a.
- _____. *Perfil Básico Municipal – Pacajus*. Fortaleza, 1998b.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura – Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KREIN, José Dari. *Reestruturação Produtiva e Sindicalismo*. in: CARLEIAL, Liana. VALLE, Rogério (org.). *Reestruturação Produtiva e Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. *Espaço e Política*. Tradução: Samuel Baima. Paris: Points Civilisation, 1967.
- _____. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LIMA, Alexandre Maria Correia. *Globalização e o Novo Paradigma Tecnológico: Os Desafios da Inserção Internacional da Indústria Brasileira*. Fortaleza: IPLANCE/CORECON-CE, 1997.
- LIPIETZ, Alain. *Miragens e Milagres: Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARTINS, Sérgio. *Crítica à Economia Política do Espaço*. in: DAMIANI, Amélia Luisa. et alii. *O Espaço no Fim de Século – A Nova Raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Coleção “Os Economistas”. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- NOBRE, Geraldo. *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*. Fortaleza: FIEC, 1989.
- OLIVEIRA, Flávia A. Martins de (org.). *Globalização, Regionalização e Nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SANTOS, Milton. *A Aceleração Contemporânea: Tempo Mundo e Espaço-Mundo*. in: DOWBOR, Ladislau et alii.(org.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *A Natureza do Espaço*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- _____. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. *Metrópole Corporativa Fragmentada: O Caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.
- _____. *Por uma Geografia Nova*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SILVA, José Borzacchiello da. *O Algodão na Organização do Espaço*. in: SOUZA, Simone de (coordenadora). *História do Ceará*. 2º ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A Rearfirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.